



**Estado do Rio de Janeiro**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS**

**L E I      Nº 2332      , DE 09 DE JULHO      DE 2010.**

Institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS**

decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), documento fiscal referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de natureza digital, processado em rede de computadores e armazenado na base de dados informatizados sob a responsabilidade da Prefeitura da Cidade de Duque de Caxias.

**Art. 2º.** O Poder Executivo, no interesse da política fiscal de tributação, arrecadação e fiscalização, poderá conceder incentivos em favor de tomadores de serviços que receberem a NFS-e dos respectivos prestadores estabelecidos no Município de Duque de Caxias.

**Parágrafo Único.** A concessão de incentivos poderá ser suspensa a qualquer tempo por ato do Prefeito.

**Art. 3º.** Os incentivos a que se refere o artigo anterior poderão consistir em uma das seguintes modalidades, ou ambas:

- I. concessão de crédito correspondente a percentual do valor do ISSQN relativo a cada NFS-e recebida pelo tomador, para fins de abatimento no Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, nos termos do Artigo 5º. desta Lei.
- II. realização de sorteio de prêmios entre tomadores, pessoas naturais, que receberem a NFS-e;



**Estado do Rio de Janeiro**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS**

Art. 4º. No caso do Inciso I do artigo anterior serão observados os seguintes percentuais, aplicados sobre o valor do ISS:

I. para Pessoas Física tomadora do serviço, até 30 % (trinta por cento) do ISSQN;

II. para Pessoa Jurídica tomadora do serviço:

- a) até 5% (cinco por cento), para Pessoa Jurídica à qual a legislação do ISSQN atribua a condição de responsável tributário;
- b) até 10% (dez por cento), para as demais;

III. para condomínio de edifício residencial ou comercial tomador do serviço, até 10% (dez por cento).

§ 1º. O crédito será gerado somente após o pagamento do imposto, exceto quando o prestador for optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, hipótese em que a geração se dará no momento da emissão da NFS-e.

§. 2º. Quando o prestador do serviço for optante pelo Regime do Simples Nacional será considerado como valor do ISSQN o resultante da aplicação da alíquota de 2% (dois por cento) sobre a base de cálculo.

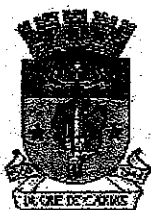
§ 3º. O crédito terá validade até o dia 30 de setembro do 5º. (quinto) exercício seguinte àquele em que tiver sido gerado.

§ 4º. Não gerará crédito de que trata o “*caput*” deste artigo:

I. a prestação de serviço imune, isenta ou em que não houver incidência de ISSQN;

II. a prestação de serviço cujo pagamento do ISSQN for realizado após inscrição em Dívida Ativa, e





**Estado do Rio de Janeiro**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS**

III. a prestação de serviço por contribuinte submetido ao regime de pagamento do ISSQN a partir de base de cálculo fixa.

§ 5º. Não farão jus ao crédito de que trata o "caput" deste artigo:

I. os órgãos da Administração Pública Direta da União; dos Estados; do Distrito Federal; e dos Municípios, bem como suas Autarquias; Fundações; Empresas Públicas; Sociedades de Economia Mista e demais Entidades controladas direta ou indiretamente pela União; pelos Estados; pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, exceto as instituições financeiras e assemelhadas;

II. as Pessoas Naturais que não possuam inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF;

III. as Pessoas Jurídicas estabelecidas fora do Território do Município de Duque de Caxias.

Art. 5º. O crédito a que se refere o Inciso I do Art. 3º desta Lei poderá ser utilizado exclusivamente para abatimento de até 50% (cinquenta por cento) do valor do IPTU a pagar em cada exercício, referente a imóvel indicado pelo tomador do serviço, na forma que dispuser o regulamento.

§ 1º. Não será exigido qualquer vínculo legal do tomador do serviço com a inscrição imobiliária por ele indicada.

§ 2º. Não poderá ser indicada inscrição imobiliária para a qual conste débito de IPTU.

§ 3º. A inscrição imobiliária beneficiada deverá ser indicada até o dia 30 de setembro de cada exercício, para abatimento do imposto referente ao exercício seguinte.





**Estado do Rio de Janeiro**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS**

Art. 6º. No caso do incentivo a que se refere o Inciso II do Art.3º. desta Lei, cada NFS-e que registre um valor mínimo, a ser definido em regulamento, dará direito a um número para o tomador do serviço participar de eventual sorteio de prêmios, desde que esse tomador seja Pessoa Natural e indique inscrição no CPF.

**Art. 7º. Caberá ao regulamento:**

- I. definir modelo da NFS-e e informações que esta deverá conter;
- II. disciplinar a emissão, cancelamento e procedimentos a serem utilizados, discriminando, inclusive, os contribuintes obrigados à sua utilização, independentemente da concessão dos incentivos a que se refere o Art. 3º. desta Lei;
- III. definir os serviços e as condições passíveis de geração de créditos e os tomadores de serviços que farão jus ao incentivo;
- IV. definir o percentual determinante do valor do crédito concedido, nos limites estabelecidos no Art. 4º. desta Lei;
- V. dispor sobre o procedimento a ser adotado para a concessão dos créditos;
- VI. dispor sobre o procedimento relativo ao abatimento do IPTU;
- VII. definir calendário e cronograma de implementação; e
- VIII. dispor sobre a organização do sorteio de prêmios.





**Estado do Rio de Janeiro**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS**

Art. 8º. O recolhimento do ISSQN pelo prestador ou tomador de serviços, referente às NFS-e, deverá ser feito, exclusivamente, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), emitido pelo Sistema de Arrecadação Tributária da Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 9º. A Alínea "b", do Inciso I, do Art. 137, da Lei nº 1.664, de 28 de novembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 137.....**

**I. ....**

**b) falta de emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) ou documento equivalente: - multa: 5% (cinco por cento) sobre o valor de cada operação corrigido monetariamente, de acordo com os coeficientes aplicáveis aos créditos fiscais, observado o valor total mínimo de R\$ 300,00 (trezentos reais);**

**"**

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, em 09**  
de julho de 2010.

  
**JOSÉ CAMILO ZITO DOS SANTOS FILHO**  
Prefeito Municipal